



O PRECONCEITO LINGUÍSTICO: (RE)AFIRMADO NA ESCOLA E (RE)SIGNIFICADO NO MEIO ACADÊMICO

LINCK, Ieda Márcia Donati¹; RODRIGUES, Kelly Silva²

Resumo: Essa pesquisa tem por base a observação e vivência da autora, que por ser oriunda de outro estado e ter sotaque diferente do que o pronunciado no Rio Grande do Sul, conviveu, em alguns momentos, com o preconceito linguístico em ambiente acadêmico. A partir de então, viu-se a necessidade de se aprofundar no assunto e buscar entender o porquê disso, bem como analisar as ações que estão sendo realizadas (ou não), a fim de extinguir esse tipo de preconceito, que normalmente é praticado em ambiente escolar, e que está, infelizmente, enraizado na sociedade. A pesquisa fundamenta-se na leitura e análise de muitos artigos científicos ligados ao tema em questão, fichamentos, resenhas, com finalização no seminário interno. O preconceito linguístico é aquele sofrido pelo cidadão que apresenta fala e/ou pronúncia diferente daquela que os moradores da localidade que ele convive. O ambiente escolar, por ser o local onde se prioriza a forma culta da língua portuguesa, é o local em que esse preconceito se acentua. Qualquer manifestação que escape do triângulo “escola-gramática-dicionário” é considerado, sob a ótica do preconceito linguístico “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente” (BAGNO, 2007). Por isso, segundo Pautz (2015), ao ensinar as regras da língua portuguesa, é imprescindível que o docente também se desprenda de algumas crenças e atitudes preconceituosas, que, muitas vezes, prejudicam o bom desenvolvimento intelectual dos educandos, porque não falam “corretamente”. É na escola que deve ser rompida a crença de que “as pessoas sem instrução falam tudo errado”. O equívoco dessa afirmação encontra-se na falta de informação acerca das diferenças entre as modalidades escrita e fala. Há muito tempo já se sabe que a fala e a escrita possuem características específicas, e, por esse motivo, são distintas entre si. Fator esse que deve ser (re)significado pela escola (BAGNO, 2007). Se assim não for, o professor contribuirá para a afirmação do preconceito linguístico e da exclusão social. Então, ao planejar uma aula, o docente deve priorizar atividades que reforcem o respeito a diferentes culturas, sotaques e dialetos existentes. Deve criar situações para que os seus alunos percebam e respeitem o modo de falar do seu colega. Deve mostrar que as pessoas não falam errado; elas apenas falam diferente. Essa prática seria o ideal. Infelizmente, a partir do estudo realizado, é possível afirmar que existem poucas ações efetivas de combate ao *bullying* linguístico, o qual ainda traz consequências preocupantes, inclusive o abandono escolar. Esse tema deve ser pesquisado e discutido de forma mais abrangente, independente da área, pois trata-se de algo que acontece com frequência em um local que era para ser de total respeito e aprendizagem: a escola. Ressalta-se que sempre é possível aprender algo com diferentes culturas. Aprender a conviver e, principalmente, a respeitar as diferenças é uma questão ética e deve ser praticada. Eis aí a importância deste trabalho.

Palavras-chave: Preconceito. Língua. Escola. Diversidade. Formação.

¹ Professora da UNICRUZ. Doutora em Linguística/UFSM e UA Portugal. Mestre em Educação/Uninorte.

Mestre em Letras/UPF. Coordenadora do Proenem. Membro do NEEPS e GEL – Unicruz. imdlinck@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Biomedicina da Unicruz. kellyrodrigues2704@gmail.com